

Ministro faz críticas à lentidão do Congresso

30 MAI 1992

SÃO PAULO — A produção do Congresso Nacional durante o primeiro semestre deste ano deixou a desejar. A avaliação foi feita ontem pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, após participar do seminário América Latina, um desafio. "A produção do Congresso foi um pouco frustrante", declarou. Segundo ele, há três projetos importantes que precisam ser votados o mais depressa possível: o da lei da propriedade industrial, o de desregulamentação dos portos e o das concessões de serviços públicos. "Só depois disso é que os deputados deverão dirigir as atenções à reforma fiscal", disse Marcílio. "O Estado deve voltar às suas funções clássicas, mas para isso o Congresso precisa realizar essas votações."

O ministro disse ter recebido ontem, do IBGE, a informação de que o Produto Interno

Bruto (PIB) no primeiro trimestre deste ano cresceu 5,8% em relação a igual período do ano passado. "Esse dado deverá revelar no final do ano uma evolução entre 2% e 3%", disse. Segundo ele, o presidente Collor deu mostras, "depois de uma semana difícil", que pode manter a liderança política do país. Marcílio disse ainda que a Receita Federal está investigando a fundo as denúncias de sonegação envolvendo o empresário Paulo César Farias. "Houve irresponsabilidades de algumas pessoas, mas o mercado e a sociedade reagiram favoravelmente."

O ministro reafirmou que não pretende fazer alterações na política de juros, embora aceite o pedido dos empresários em abrandamento da austeridade monetária, da mesma

forma como analisa a possibilidade de relaxar o contingenciamento ao crédito. "Estamos vendo, mas prazos, setores ou produtos ainda serão discutidos." Ele acredita, além disso, que se os juros baixarem isso não significará incentivo imediato à produção.

Inflação — Ele demonstrou preocupação quanto ao ligeiro crescimento da inflação. "Mas isso não é alarmante. Os institutos já vislumbram queda para a próxima semana." Marcílio explicou que os indicadores apontam para uma moderada recuperação da economia, mas que a inflação ainda é alta demais. "Mas se contarmos com a compreensão do Congresso e da sociedade isso pode reverter-se. O consumidor deve assumir seu papel na hora de comprar e os empresários contentar-se em ter

lucros menores. O governo também deve cortar despesas e arrecadar melhor", receitou.

Quanto ao fim da recessão, Marcílio considera que ela dura no país há 12 anos. "A renda *per capita* nesse período não evoluiu. Por isso a atual fase recessiva não pode ser atribuída à política monetária dos juros altos."

□ A Receita Federal e o INSS vão trabalhar juntos, trocando informações cadastrais, na fiscalização dos grandes contribuintes. O secretário nacional de Fazenda, Luís Fernando Wellisch, acertou a cooperação com o diretor de arrecadação e fiscalização do INSS, Milton Moreli. O primeiro passo é a troca de nomes dos sonegadores nos últimos anos.